

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

#### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais diversos (tecidos, aviamentos e agulhas), que serão utilizados nas aulas dos cursos oferecidos pelo CEVEST – Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário, para a qualificação de centenas de pessoas que serão inseridos no mercado de trabalho, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR, conforme descrição no Termo de Referência, que inclui as especificações técnicas qualitativas e quantitativas a serem seguidas.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Lei 8.666/93; Lei 10.520/02 combinado com Decreto Municipal 599/2020, via Sistema de Registro de Preço
1.4	<b>Período:</b>	12 meses
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por lote, respeitando os valores unitários

#### 2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
LOTE 01				
1	Malha 100% algodão penteada / fio 30.1 / tubular / largura entre 0,85 à 0,95 cm / gramatura mínima 160 gr/m2 / estampa infantil em cores claras	395249	kg	200
2	Malha 100% algodão cardada / fio 24.1 / tubular / largura entre 0,85 à 0,95 cm / gramatura mínima 160 gr/m2 / cor Branca	395249	kg	60
3	Malha Cotton 92% algodão e 8% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m2 / cores claras	129941	kg	100
4	Malha Cotton 92% algodão e 8% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m2 / cor chocolate	129941	kg	100
5	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m2 / cor branco	449574	kg	100
6	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m2 / cor chocolate	449574	kg	100

7	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m2 / cor azul claro	449574	Kg	100
8	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m2 / cor estampado com fundo branco	449574	kg	120
<b>LOTE 02</b>				
9	Tecido triline misto / 50% algodão e 50% poliéster / largura entre 1,40m à 1,50 m / cor azul claro	395249	metros	500
10	Entretela de papel com cola / largura entre 0,90 cm à 100cm / gramatura de 80 gr/m2	462869	metros	150
11	Zíper de nylon fixo fino – tamanho 10 cms – cor azul clara	47783	unidades	2000
12	Zíper de nylon invisível – tamanho 15 cms – cor azul clara	47783	unidades	2000
<b>LOTE 03</b>				
13	Papel kraft para moldes – medida aproximada de 66 cm X 96 cm-gramatura de 80 gr/m2	305269	unidades/fo lhas	500
14	Bobina de papel para plotter – papel kraft - medida aproximada de 180 cm X 250 metros – gramatura aproximada de 40 gr/m2	248363	metros	1400
<b>LOTE 04</b>				
15	Fio para máquina overlock – cones de 300 gramas – cor vermelha	47783	cones	100
16	Fio para máquina overlock – cones de 300 gramas – cor branca	47783	cones	200
17	Fio para máquina overlock – cones de 300 gramas – cor chocolate	47783	cones	120
18	Linha 100% poliéster – cones de 5000 metros – cor branca	384820	cones	150
19	Linha 100 % poliéster – cones de 5000 metros – cor chocolate	384820	cones	300
20	linha 100% poliéster – cones de 5000 metros – cor preta	384820	cones	150
21	Linha 100 % poliéster – cones de 5000 metros – cor vermelha	384820	cones	150
22	Linha 100 % poliéster – cones de 5000 metros – cor marfim	384820	cones	150
23	Linha 100% poliéster – cone de 5000 metros – cor rosa bebê	384820	cones	100
<b>LOTE 05</b>				
24	Viés elástico sanduíche/dobrável – medida 15 mm à 16mm de largura – cor branca	411922	metros	5000
25	Viés elástico sanduíche/dobrável – medida 15 mm à 16mm de largura – cor chocolate	411922	metros	5000
26	Viés elástico sanduíche/dobrável – medida 15 mm à 16mm de largura – cor preta	411922	metros	2000
27	Elástico com bico – composição 77% poliéster e 23% elastodieno – largura de 10mm a 12mm – cor branco	463033	metros	3000

28	Elástico com bico – composição 77% poliéster e 23% elastodieno – largura de 10mm a 12mm – cor chocolate	463033	metros	2000
29	Elástico com bico – composição 77% poliéster e 23% elastodieno – largura de 10mm a 12mm – cor preto	463033	metros	1000
30	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 24 mm a 25mm	463033	metros	1000
31	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 19mm a 20mm	463033	metros	1000
32	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 14mm a 15mm	463033	metros	1000
33	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 9mm a 10mm	463033	metros	2000
34	Elástico externo para cós de cueca – largura 24mm a 25mm	463033	metros	1000
35	Elástico para alça de soutien – composição 86% poliamida e 14% elastano - largura aproximada 10 mm a 12mm – cor branco	463033	metros	500
36	Elástico para alça de soutien – composição 86% poliamida e 14% elastano - largura aproximada 13 mm a 15mm – cor branco	463033	metros	500
<b>LOTE 06</b>				
37	Regulador e argola de plástico para alça de soutien – medida 13 mm – cor transparente	605638	pares	5000
38	Regulador e argola de plástico para alça de soutien – medida 10 mm – cor transparente	605638	pares	5000
<b>LOTE 07</b>				
39	Agulha para máquina industrial overloque – 80/12 – DCx27	378529	unidade	2000
40	Agulha para máquina industrial galoneira – 80/12 – DVx63	378529	unidade	4000
41	Agulha para máquina industrial cabo grosso – 80/12 – DPx5	378529	unidade	2000
42	Agulha para máquina industrial cabo fino – 80/12 – DBx1	378529	unidade	2000
<b>LOTE 08</b>				
43	Viés de arco para soutien – composição 98% poliamida e 2% elastano - largura entre 10 mm a 12mm – cor branco	418924	metros	1000
44	Viés de arco para soutien – composição 98% poliamida e 2% elastano - largura entre 10 mm a 12mm – cor chocolate	418924	metros	1000

OBS.: Esclarecemos que os números de CATMAT's foram localizados os mais próximos possíveis, respeitando então as especificações descritas nos anexos I e II.

2.2 A escolha pelo registro de preços se baseia nas quantidades variáveis dos itens elencados, uma vez que não conseguimos calcular exatamente a quantidade que usaremos no próximo ano, tendo o desejo de ampliarmos as turmas dos cursos em andamento, bem como as turmas do Projeto CEVEST ITINERANTE que hoje contempla o bairro de Olaria e futuramente aos demais bairros do Município.

Ressaltamos ainda a incapacidade de armazenamento de tamanha quantidade no pequeno almoxarifado que utilizamos tanto para este material quanto aos demais materiais de serviços gerais e administrativo.

### **3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1 O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o processo licitatório para aquisição de tecidos e aviamentos.

3.2. Tal aquisição irá suprir a demanda do CEVEST – Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário pelo período de 12 (doze) meses.

3.3. A Contratação faz-se de extrema importância tendo em vista a necessidade de aquisição de tecidos, aviamentos e agulhas que serão utilizados nas aulas dos cursos oferecidos pelo CEVEST – Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário, para a qualificação de cerca de 1.000 (hum mil) profissionais que serão inseridos no mercado de trabalho, bem como ao Projeto Itinerante que contemplará outros bairros do nosso município.

### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:

4.1.1 – Somente poderão participar as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA ou EMPRESA de PEQUENO PORTE ou EQUIPARADAS, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame.

4.1.1.1 - As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º

4.2 - Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

4.3 - Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.4 - Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

4.5 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.6 - Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.7 - Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da aquisição, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	339030-06
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	1501
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	15001.1136300312.077

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 07 (sete) dias úteis, contados da solicitação feita pela SMCTIEPS, considerando o prazo médio de mercado para aquisições similares:

**Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior**

**Endereço: Av. Alberto Braune, 223 - Centro - Nova Friburgo - RJ**

**Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.**

6.2 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. As quantidades dos produtos são estimativas, e a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior não se obriga a adquirir suas totalidades, fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades;

## **7. DA LIQUIDAÇÃO**

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.6. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

9.1.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

10.1.2 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

10.1.3 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.5 Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado dos setores para conserto, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato;

10.1.6 Fornecer insumos operacionais dos equipamentos que se façam necessários para colocação das placas;

10.1.7 Fornecer à Secretaria de Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria;

10.1.8 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

10.1.9 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

10.1.10 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);

10.1.11 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

10.1.12 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;



10.1.13 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior;

10.1.14 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (EXEMPLO), em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

10.1.15 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

## 11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
FELIPPE DE JESUS SCHENQUEL	63173	Gestor titular
VALDETE LISBOA BORGE	107441	Gestor substituto
MIRIAN PINHEIRO DE QUEIROZ	115032	Fiscal titular
ANDRÉA MATTOS DA SILVA GODINHO	62424	Fiscal substituto

13.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

13.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

13.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

## **15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

16.2 - Comete infração administrativa:

16.2.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.2.2 - Apresentar documentação falsa;

16.2.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.2.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.2.5 - Não mantiver a proposta;

16.2.6 - Cometer fraude fiscal;

16.2.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

16.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4 - Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

16.4.1 - Advertência;

16.4.2 - Multa:

16.4.2.1 - compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.4.2.2 - compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

16.4.2.3 - moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.4.2.4 - moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.4.2.5 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.4.2.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.5 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.6 - As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.7 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **18. DA RESCISÃO**

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

19.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior.

Nova Friburgo/RJ, 26 de outubro de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>Felippe de Jesus Schenquel</b> Subsecretário Municipal de Educação Profissionalizante e Superior Mat. 063173	<hr/> <b>Amanda Pereira Diniz</b> Coordenadora Mat.062484

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**André Luiz Montechiari Lobosco**  
Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e  
Educação Profissionalizante e Superior Matr.:  
**063.200**